

Quatro mil licenciados em História lutam contra o desemprego

• Marcada nova reunião para Coimbra

No seguimento de acções levadas a cabo pela Comissão de Licenciados em História, realizar-se-á em Coimbra, no próximo dia 7 de Março, às 11 horas, no Instituto de História da Expansão e do Colonialismo, da Faculdade de Letras, uma reunião onde se procurará abordar questões que têm a ver com a situação de desemprego em que se encontram os 4 000 licenciados em História existentes no País.

Tentando escarpelizar a situação em que os referidos licenciados se encontram, dir-se-á que este problema se deve fundamentalmente, não só à falta de estabelecimentos de ensino, ao elevado número de alunos por turma e à acumulação de horas

extraordinárias por parte de docentes que já usufruem de horário completo, como também, ao facto de existirem pessoas colocadas sem habilitação e à falta de aproveitamento de licenciados para outras áreas, como sejam as que se prendem com as bibliote-

cas, museus e câmaras municipais.

Relativamente a soluções apontadas, a Comissão de Licenciados aponta, entre outras, as seguintes: antecipação de idade de reforma dos docentes; criação de novas escolas e diminuição do número de alunos por turma, bem como a garantia do lugar a partir do momento em que o professor seja colocado pela primeira vez e, sobretudo, o acabar das injustiças praticadas entre Universidades Novas e Clássicas, já que — salientam — qualquer uma delas são parte integrante do País.

Após várias diligências junto dos órgãos universitários, a Comissão de Licenciados em História, espera em breve avistar-se com o novo Presidente da República, bem como solicitar audiência ao 1.º ministro e ao actual titular da pasta da Educação. A marcação de um Congresso Nacional é outra das medidas tomadas.

No conjunto de propostas para discussão no sentido de minorar a grave situação destes licenciados salientam-se os seguintes:

Aposentação obrigatória dos professores aos 60 anos; diminuição do número de alunos por turma com criação de mais escolas, sendo canalizadas mais verbas para o sector do ensino; aulas teóricas e práticas para os cursos complementares; criação de uma nova disciplina no âmbito da história (História da Música),

com conseqüente reestruturação do curso de história; reestruturação das opções a nível do Complementar (Introdução à Política, História das Artes Visuais, Antropologia Cultural, etc.); devendo ser atribuídas aos licenciados em história e a criação de cargos culturais compatíveis com as habilitações dos licenciados em história, como sejam:

Museologia, serviços culturais, bibliotecas municipais e outras, postos de turismo e os pelouros da cultura das câmaras municipais.

A reformulação dos concursos de colocação de professores, onde a segunda fase se processe a nível nacional e a existência de uma legislação para os concursos a nível de escola, é outra reivindicação ventilada.

Por último, salienta-se a existência da habilitação própria para leccionar português no ensino secundário, a equiparação com os licenciados pelas universidades novas (profissional integrada) e a integração automática num novo curso com maior viabilização futura e maior restrição na admissão de alunos para o curso de História.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de Trabalho

